

# DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA GLOBAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUSANA SARDINHA MONTEIRO

CÁTIA MARQUES CEBOLA

FÁBIO DA SILVA VEIGA

COORDENADORES



# DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA GLOBAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUSANA SARDINHA MONTEIRO

CÁTIA MARQUES CEBOLA

FÁBIO DA SILVA VEIGA

COORDENADORES



Porto | Leiria  
2023



O editor não é responsável pelas opiniões, comentários e manifestações contidas nos textos dos respectivos autores. A presente obra expõe exclusivamente a opinião de cada autor como manifestação do seu direito à liberdade de expressão e ao padrão acadêmico-científico definido pelo parâmetro de revisão do Comité Científico. O editor se opõe expressamente a qualquer das páginas desta obra ou partes da mesma nas quais sejam utilizados resumos ou textos jornalísticos. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação desta obra só pode ser realizada mediante autorização de seus titulares, salvo exceção prevista na lei. Portanto, este livro não poderá ser reproduzido de forma integral sem a autorização prévia dos editores. Os autores dos capítulos ficam autorizados à reprodução e indexação na forma eletrônica sem fins comerciais, fazendo-se menção de que os respectivos textos pertencem à integralidade do livro, desde que citados o editor e demais informações da obra. Quaisquer outras formas de cessão do uso da obra, sem a autorização prévia, por escrito, dos titulares do copyright, são consideradas proibidas.

#### ***Avaliação double-blind peer review***

O procedimento de seleção de originais ajusta-se aos critérios específicos de investigação, no qual se indica que as admissões dos trabalhos publicados respondem a critérios de qualidade equiparáveis aos exigidos pelas revistas científicas, nomeadamente avaliação *double-blind peer review* do Comité Científico composto por doutorados que avaliam em conformidade com a especialização da matéria.

The editor is not responsible for the opinions, comments and manifestations contained in the texts of the respective authors. This book presents exclusively the opinion of each author as a manifestation of their right to freedom of expression and the academic-scientific standard defined by the Scientific Committee's review parameter. The editor expressly opposes any of the pages of this work or parts thereof in which summaries or journalistic texts are used. Any form of reproduction, distribution, public communication or transformation of this work can only be carried out with the authorization of its right holders, except for the exception provided for by law. Therefore, this book may not be reproduced in full without the prior permission of the publishers. The authors of the chapters are authorized to reproduce and index them electronically for non-commercial purposes, mentioning that the respective texts belong to the entire book, provided if the publisher and other information about the work are cited. Any other forms of assignment of use of the work, without the prior written authorization of the copyright holders, are considered prohibited.

#### **Process of evaluation is the system of double-blind peer review**

The original selection procedure adjusts to specific research criteria, in which it is indicated that the admission of published papers responds to quality criteria comparable to those required by scientific journals, namely double-blind peer review evaluation by the Scientific Committee composed of doctorates that they evaluate in accordance with the expertise of the matter.

## **Ficha Técnica**

© 2023 Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos– IBEROJUR

Título: Direitos Humanos, Cidadania Global e Desenvolvimento Sustentável

Coordenadores: Fábio da Silva Veiga, Susana Sardinha Monteiro e Cátia Marques Cebola

Edição e Diagramação: Larissa de Souza Cunha Ouchi

© [Autores vários]

Suporte: Eletrónico; Formato: PDF

ISBN: 978-989-35052-0-5

1ª edição: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos e Instituto Jurídico  
Portucalense.

Rua de Avilhó, 214, Matosinhos (Porto) - Portugal. 4460-282.

Julho, 2023

Depósito Legal - Biblioteca Nacional de Portugal n.º 518139/23

## **Direitos Humanos e Pandemia: Reflexões sobre Experiências de Promoção do Acesso à Cultura**

Jenny Sousa<sup>1</sup>  
Lúcia Grave Magueta<sup>2</sup>

**Sumário:** 1. Introdução; 2. Artes, Cultura e Direitos Humanos; 3. Metodologia: Iniciativas artísticas e culturais; 4. Discussão; 5. Considerações finais.

**Resumo:** O estado de emergência, decretado pelo governo português nos anos de 2020 e 2021 devido ao vírus SARS-CoV-2 (COVID-19), originou uma nova realidade e um modo de viver inédito, que tocou toda a sociedade, afetando, inclusivamente, o exercício de alguns direitos fundamentais. De entre os diversos direitos destacou-se o acesso à cultura, que ao longo das semanas de confinamento social esteve continuamente em risco. O artigo 27º da Declaração dos Direitos Humanos refere que “todos os seres humanos têm o direito de participar livremente na vida cultural da comunidade, de beneficiar das artes e de participar no processo científico e dos seus benefícios”; contudo, a promoção deste direito viu-se profundamente comprometida com a pandemia, mais concretamente com todas as restrições impostas na tentativa de a mitigar. Este contexto, avesso a contactos entre pessoas e a deslocamentos físicos, colocou ao setor artístico e cultural um conjunto de desafios nunca sentidos. Conscientes da sua responsabilidade no âmbito da promoção da vida cultural dos indivíduos e das comunidades, artistas, agentes culturais e profissionais de instituições culturais empenharam-se em manter a sua ação, criando diferentes respostas e desencadeando mecanismos inovadores de criação artística. Esta transformação trouxe consigo um conjunto de questões que são importantes discutir num trabalho desta natureza: qual foi o papel das artes e da cultura no âmbito da promoção dos direitos humanos em contexto pandémico? Qual foi o seu contributo no fortalecimento da ligação entre o indivíduo e a comunidade envolvente, num tempo de isolamento social? Como é que o setor artístico e cultural, se reinventou e adaptou aos constrangimentos existentes na prossecução dos seus objetivos, no sentido de continuar a oferecer vida cultural e fruição das artes a quem não podia sair de casa? Que processos foram desenvolvidos para que artistas e instituições culturais chegassem aos espaços de cada cidadão, oferecendo aquilo que a pandemia havia retirado? Pretendemos com o presente trabalho desenvolver um conjunto de reflexões que procura perceber como é que se concretizou o acesso à cultura durante a pandemia, desde março de 2020 a maio de 2021, no concelho de Leiria e que práticas se mantiveram até hoje.

**Palavras-chave:** Artes; Cultura; Direitos Humanos; Pandemia.

**Abstract:** The state of emergency, decreed by the Portuguese government in 2020 and 2021 due to the SARS-CoV-2 virus (COVID-19), gave rise to a new reality and an unprecedented way of life, which touched the whole of society, even affecting the exercise of some fundamental rights. Among the various rights was access to culture, which throughout the weeks of social confinement was continuously at risk. The Article 27 of the Declaration of Human Rights states "everyone has the right freely to participate in the cultural life of the community, to enjoy the arts and to share in scientific advancement and its benefits".

---

<sup>1</sup> Doutorada em Estudos Culturais, área de especialização em Hermenêuticas Culturais. Professora da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria. Investigadora integrada do CICS.NOVA.IPLeia e investigadora colaboradora do CI&DEI – Centro de Estudos em Educação e Inovação. E-mail: jenny.sousa@ipleiria.pt

<sup>2</sup> Doutorada em Educação, área de especialização em Teoria e Desenvolvimento Curricular. Professora da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria. Investigadora integrada do CI&DEI – Centro de Estudos em Educação e Inovação. E-mail: lucia.magueta@ipleiria.pt

However, the promotion of this right was deeply compromised by the pandemic, more specifically by all the restrictions imposed in an attempt to mitigate it. This context, averse to people-to-people contacts and physical travel, posed the artistic and cultural sector a set of challenges never before experienced. Aware of their responsibility in promoting the cultural life of individuals and communities, artists, cultural agents and professionals from cultural institutions have striven to maintain their action, creating different responses and triggering innovative mechanisms of artistic creation. This transformation has brought with it a set of questions that are important to discuss in a work of this nature: what was the role of arts and culture in promoting human rights in the pandemic context? What was their contribution in strengthening the connection between the individual and the surrounding community in a time of social isolation? How did the arts and culture sector, reinvent itself and adapt to the existing constraints in the pursuit of its objectives, in order to continue to offer cultural life and enjoyment of the arts to those who could not leave home? What processes were developed so that artists and cultural institutions could reach the spaces of every citizen, offering what the pandemic had taken away? With the present work we intend to develop a set of reflections that seek to understand how the access to culture was materialized during the pandemic, from March 2020 to May 2021, in the municipality of Leiria and which practices have been maintained until today.

**Keywords:** Arts; Culture; Human Rights; Pandemic.

## 1. Introdução

Estamos conscientes de que existem inúmeras definições de cultura e uma reflexão profunda em torno deste conceito seria extremamente interessante. Contudo, não é objetivo deste trabalho provocar estas reflexões e, como tal, iremos assumir cultura enquanto diálogo entre seres humanos, ou seja, aquilo que consubstancia a relação entre os indivíduos, atendendo à existência de códigos, de símbolos e das tradições que enformam esta ligação.

Estamos, portanto, alinhados com Fortuna que defende que “a cultura deve ser entendida como o espaço de compreensão e manifestação da Relação. E a Relação é entendida como o contacto entre dois, esse *quid* sem o qual o humano tende a desaparecer” (2014, p. 47). Percebemos, portanto, a cultura enquanto elemento intrínseco às comunidades, que mantém viva a identidade dos grupos sociais, sendo que a forma como cada sociedade organiza e gere a sua cultura condiciona o seu desenvolvimento social, económico e político. Por isso, falar de cultura implica assumir que esta está amplamente relacionada com experiências, valores, crenças, rituais, constituindo-se no espaço de encontro e de partilha do comum e das diferenças; é no diálogo entre as pessoas sobre as suas ideias, que a comunidade se identifica e se transforma.

Em linha com o apresentado, estamos perante uma conceção de cultura pluriforme, que favorece a multiplicidade das expressões e das práticas culturais, de acordo com os contextos específicos dos vários grupos sociais. Para além disso, é também participativa, pois estimula a consciência de que todos os cidadãos são sujeitos e não meros objetos da ação cultural, onde o associativismo cultural detém um papel importante; é globalizante pois evita

a compartimentação entre os diferentes aspetos da cultura, introduzindo referências qualitativas em todos os aspetos da vida social; inovadora, ultrapassando a passividade e o consumismo alimentadas pelas grandes indústrias culturais e encorajando formas de criatividade individual e coletiva (Lopes, 2008).

Entender a cultura por este prisma implica atribuir importância aos sujeitos e aos grupos sociais, pois pressupõe uma ideia de cultura construída na comunidade, ligada à partilha de saberes e de poderes, no respeito pela diferença. Salvaguarda-se, simultaneamente, a identidade cultural e o sentido de pertença, tendo como eixos estruturadores o estímulo à participação, à iniciativa e à autonomia dos seus membros. Ora, a insistência em entender este conceito associando-o ao contacto, ao entendimento e ao bem-estar das pessoas no que diz respeito à sua forma de estar no mundo, pode favorecer a qualidade das relações e um maior conhecimento pessoal e social. Neste quadro, demarca-se um outro aspeto extremamente importante: as artes. Nesta linha de raciocínio, as artes e as expressões artísticas estão de tal forma relacionadas com a cultura que, tal como defende Matarasso, quando criamos arte estamos a “dar existência a algo e, ao fazê-lo, mudamos o mundo” (2019, p. 53).

## **2. Artes, Cultura e Direitos Humanos**

As artes detêm um papel importante no desenvolvimento do ser humano e dos locais onde este se integra ao permitir aperfeiçoar competências pessoais, sociais e culturais catalisadoras da transformação e renovação dos seus contextos e das suas realidades. A arte capacita o sujeito a compreender a realidade envolvente, ajuda-o a suportá-la e a transformá-la, aumentando-lhe a determinação de torná-la mais humana, numa lógica de estimulação da expressividade e, conseqüentemente, do potencial criativo (Ferreira, 2010). Por isso, é inegável o contributo social das artes, predominantemente entendido como um contributo formativo e capacitador porque propicia a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos e competências técnicas, intelectuais, expressivas, emocionais e relacionais, tal como explica Fortuna (2014). Acrescenta ainda o autor que essas competências são decisivas para a formação das pessoas e a sua capacitação é crucial para ultrapassar barreiras sociais, económicas e simbólicas.

Através da aproximação às diversas linguagens artísticas, os indivíduos são desafiados a desenvolver processos mentais criativos o que favorece a habilidade de ter diferentes visões e perspetivas dos problemas e dos contextos em que estão inseridos, impulsionando os sujeitos a criar novas estratégias, diferentes daquilo que estão habituados a fazer, quebrando

barreiras com o tradicional e com a passividade (All-Party Parliamentary Group on Arts, Health and Wellbeing, 2017). Ainda no mesmo relatório pode ler-se, que as artes ajudam a enfrentar os desafios nas diversas áreas de vivência do ser humano pois facilitam a tomada de consciência dos elementos que estão ao seu redor, influenciando a capacidade de analisar, refletir, apreciar e criticar. Neste cenário, a arte propõe a participação livre, plena, igual e criativa na vida cultural em que a democracia é expressa e sustentada pela cultura (Lopes, 2008), coadunando-se as necessidades culturais com as sociais. Isto acontece porque as artes e a cultura interligam as pessoas ao mundo, conferindo-lhes capacidades, competências e vivências que acabam por tocar em aspetos sociais (Fortuna, 2014).

Nesta linha de argumentação, é importante trazer à liça o conceito de arte participativa. A este propósito, explica François Matarasso o seguinte: “a visão que tenho da arte participativa como espaço democrático que permite descobrir, processar, compreender, organizar e partilhar experiências” (2019, p.16). A arte participativa, que tem como eixo estruturador a arte comunitária, entende a criação de arte como direito humano, por artistas profissionais e não profissionais, que colaboram entre iguais, para propósitos e com padrões estabelecidos em conjunto e cujos processos, produtos e resultados não podem ser conhecidos antecipadamente (Matarasso, 2019).

Com efeito, ter acesso a processos de arte comunitária e participativa deve ser visto enquanto direito humano, uma vez que democratizar a cultura e a arte implica possibilitar às pessoas um maior conhecimento e consciencialização dos seus direitos cívicos, sociais, económicos e culturais, motivando os indivíduos a criar diferentes estratégias para os obter. Porque “a arte é o conjunto de ferramentas que permite às pessoas interferir com a sua própria cultura” (Matarasso, 2019, p. 43), verifica-se neste tipo de trabalho uma dimensão socioeducativa que pressupõe a aquisição, por parte dos indivíduos, de uma autonomia que lhes dará possibilidade de encontrarem e utilizarem os seus próprios recursos, desenvolvendo competências pessoais e sociais que os ajudarão a integrar-se de forma mais plena na sociedade em que vivem.

Assim, tendo como pressupostos a democracia e a participação, a solidariedade e a coesão social, a arte participativa aposta num conhecimento profundo da realidade, mobilizando os recursos intrínsecos à comunidade, fomentando a participação individual e grupal em busca de bem-estar individual e desenvolvimento comunitário.

Neste processo, o indivíduo vê-se a ser chamado sobretudo durante o seu tempo livre, assumindo este tempo componentes de prazer e de formação, constituindo-se num meio para que os indivíduos se desenvolvam ao nível pessoal, social e cultural, enriquecendo,

simultaneamente, as comunidades que integram, tal como já se referiu. Portanto, entre artes, cultura e ocupação dos tempos livres existe uma profunda relação de enriquecimento porque inclui “a participação, a autonomia, o associativismo, a dinamização sociocultural, a utopia, a intervenção, o desenvolvimento, a integração, a criatividade, a cultura, o recreio, a promoção e a crítica social” (Lopes, 2008, p. 454).

Nesta relação existe um outro elemento a ser considerado: os espaços. Na verdade, os espaços onde as pessoas usufruem do seu tempo livre tendem a contribuir para o estímulo de competências fundamentais que irão, certamente, condicionar o desenvolvimento das comunidades. E neste cenário as organizações culturais assumem um papel de destaque. Os espaços onde decorrem as atividades de lazer formam, desde sempre, centros de socialização das comunidades, como por exemplo as praças, os largos, os anfiteatros e os equipamentos culturais (Jackson, 2012).

Estes espaços culturais, sejam públicos ou privados, contribuem para o desenvolvimento económico e cultural das comunidades, ao mesmo tempo que facilitam a utilização de estratégias promotoras da cultura. Tal como já foi referido, a arte tem, neste processo de socialização, um papel fundamental, pois para além de manifestação de cultura é, por excelência, o campo de expressão e de comunicação e, portanto, a cultura e as artes são vetores muito importantes numa sociedade, constituindo um elo entre os indivíduos e o mundo. Para além das fortes implicações na personalidade e nas competências cognitivas e criativas, tem também impacto no bem-estar dos seres humanos (Matarasso, 2019).

A reforçar o que foi apresentado até ao momento, destacamos o artigo 27º da Declaração dos Direitos Humanos que defende que “todos os seres humanos têm o direito de participar livremente na vida cultural da comunidade, de beneficiar das artes e de participar no processo científico e dos seus benefícios”. Por este prisma, o acesso à arte e aos processos de democracia cultural, onde as pessoas têm a possibilidade de produzir e criar a sua própria cultura, constitui-se como um direito fundamental indispensável à emancipação do ser humano e das suas comunidades. Embora conscientes e convictos da importância deste direito, o contexto pandémico que se fez sentir em todo o mundo nos anos de 2020 e 2021, com todas as restrições impostas na tentativa de mitigar a COVID-19, trouxe profundas alterações na promoção deste direito. Como afirma Isabel Lucena, “dificilmente a expressão ‘crise global’ fará tanto sentido como quando aplicada à situação de adversidade generalizada despoletada pela pandemia de COVID-19” (2021, p. 5). Na verdade, emergiram durante este período novos desafios da experiência coletiva da pandemia. Em todos os países do mundo, a luta contra a pandemia obrigou a que os indivíduos se remetessem ao isolamento social,

colocando ao setor artístico e cultural um conjunto de desafios nunca sentidos, e cujas respostas obrigaram à transposição dos tradicionais formatos em novas experiências, num exercício de constante (re)invenção. Conscientes da sua responsabilidade no âmbito da promoção da vida cultural dos indivíduos e das comunidades, artistas, agentes culturais e profissionais de instituições culturais adequaram antigas práticas e criaram estratégias e formas de produção artística e cultural, indo para além dos espaços habitualmente comuns, entrando nos espaços privados dos cidadãos.

Já anteriormente discutimos como a “arte é uma invenção poderosa. Porque nos permite interpretar a realidade, comunicar ideias e tem a capacidade de estimular emoções fortes” (Goldbard & Matarasso, 2021, p. 159). Também já analisámos a importância dos espaços onde decorrem as atividades culturais enquanto centros de socialização das comunidades. Posto isto, como é que organizações e agentes culturais mantiveram a sua ação?

Conscientes de que as artes conseguem instigar coração e razão, alterando os moldes em que vemos o mundo e, portanto, como agimos nele (Goldbard & Matarasso, 2021), foram criadas diferentes respostas e desencadeados mecanismos inovadores de criação artística. No estudo realizado por Isabel Lucena (2021), que acompanhou o desenvolvimento dos projetos PARTIS (Práticas Artísticas para a Inclusão Social) da Fundação Gulbenkian durante o contexto pandémico, a autora admite que, apesar de tudo, também se verificaram oportunidades e possibilidades nesta crise provocada pelo Coronavírus. De entre vários aspetos, Isabel Lucena (2021) destaca a possibilidade de exploração das relações individualizadas, que levam a impactos mais profundos, tanto na esfera artística como pessoal; para além disso, permitiu entrar em casa dos participantes, envolver e conquistar as famílias, fator de extrema importância. Um outro aspeto proporcionado por este período atípico, diz respeito às oportunidades de reflexão individual e coletiva, que teriam sido difíceis de acontecer em circunstâncias normais. Para além disso, a autora refere também o facto de ter sido possível desenvolver atividades criativas a diversos níveis: do simples estimular criativamente os participantes, à produção de resultados artísticos independentes. Assim, e embora saibamos que durante o isolamento social e a quarentena milhões de pessoas ficaram em casa e longe de todos os tipos de eventos culturais, a verdade é que os novos desafios gerados possibilitaram o desenvolvimento de resultados artísticos independentes e inesperados. Em bom rigor:

quanto à dimensão criativa, grande parte do material produzido neste período tem um carácter bastante íntimo e introspetivo, fortemente marcado pela experiência inédita em que os seus autores se encontravam e, apesar de nem sempre os trabalhos produzidos se debruçarem diretamente sobre essa experiência, a sua influência encontra-se geralmente presente de alguma forma. Nessa perspectiva, o corpo de trabalho gerado, na sua maioria através de resultados

criativos inesperados, constitui um interessante registo artístico/psicológico/social do período em questão. (Lucena, 2021, p. 46)

Em linha com o apresentado, Arlene Goldbard e François Matarasso (2021)

Defendem que durante este período mais importante do que criar obras de arte significativas:

“aquilo em que nos temos concentrado é no contacto – manter o contacto com pessoas vulneráveis (...). Há um grande número de organizações que despenderam um esforço e uma energia incalculáveis durante o confinamento apenas para se manterem em contacto com as pessoas. Quando estamos numa situação destas, por vezes a nossa expectativa daquilo que podemos fazer altera-se. (2021, p. 17)”

De facto, foram numerosas as modalidades utilizadas pelas organizações, equipamentos e agentes culturais para manter a sua ação. De repente, percebeu-se nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) uma ferramenta preciosa para trazer pessoas fisicamente distantes e para as reunir sob o mote de diferentes finalidades. Assim, muitos decidiram continuar a sua ação, trabalhando em plataformas virtuais, migrando para sistemas online, como foi o caso de inúmeros museus que ofereceram diversas formas de visitas guiadas, workshops, caminhadas em 3D e outros serviços online; também aconteceram vários concertos remotos ou performances em vídeo.

Embora conscientes de que as TIC não substituem a comunicação e o contacto real, as ferramentas digitais foram uma das principais formas utilizadas para lutar contra a apatia social, para construir e/ou reconstruir consciências em prol do bem-estar, numa ótica de valorização superior do processo, em detrimento dos produtos finais espetaculares (Lopes, 2008). A partir destes fundamentos, podemos afirmar que as práticas artísticas durante o período de confinamento tiveram em conta as características dos sujeitos, dos espaços e dos diversos contextos, por forma a aproveitar e a impulsionar as competências culturais e sociais, criando estruturas e atividades flexíveis de intervenção direta com as pessoas e com os grupos. Passaremos, agora, a apresentar algumas iniciativas de cariz cultural e artístico que foram realizadas no concelho de Leiria durante o período de confinamento social.

### **3. Metodologia: Iniciativas Artísticas e Culturais**

Como já foi discutido, o acesso à cultura constitui-se num direito fundamental e está plasmado no artigo 27º da Declaração dos Direitos Humanos: “todos os seres humanos têm o direito de participar livremente na vida cultural da comunidade, de beneficiar das artes e de participar no processo científico e dos seus benefícios”. Com a pandemia por COVID-19, a promoção deste direito viu-se profundamente comprometida devido às restrições impostas na tentativa de a mitigar. É do conhecimento geral que o setor da cultura, apesar dos frágeis apoios estatais que recebeu, se conseguiu reinventar, garantindo, em muitos contextos, o

acesso a experiências artísticas e culturais – maioritariamente gratuitas e através de meios digitais – de forma a continuar a oferecer vida cultural e fruição das artes a quem não podia sair de casa. Este fenómeno decorreu em inúmeras localidades portuguesas e Leiria não foi exceção.

Pretendemos com o presente estudo perceber como é que se concretizou o acesso à cultura durante a pandemia provocada pela COVID-19, desde março de 2020 a maio de 2021, no concelho de Leiria. Mais concretamente, objetivamos identificar as iniciativas realizadas neste concelho, junto de públicos específicos - crianças, jovens, adultos e pessoas idosas -, bem como, conhecer o trabalho desenvolvido pelas diversas organizações e agentes culturais locais, que trabalham com diferentes linguagens artísticas, na promoção do direito de todos poderem beneficiar das artes e de participar livremente na vida cultural da comunidade.

Para dar resposta aos nossos objetivos serão apresentadas e analisadas algumas iniciativas que foram desenvolvidas durante o período pandémico e que têm como pano de fundo a participação ativa dos artistas e dos não-artistas, numa lógica de verdadeira participação sociocultural e artística de todos os indivíduos (Matarasso, 2019). Foram utilizadas técnicas clássicas de análise documental, tendo sido analisadas as notícias apresentadas sobre esta temática, no período atrás mencionado, em imprensa de referência, designadamente, Observador, Região de Leiria, Jornal de Notícias e Público. Foram também analisados os sites e as redes sociais dos equipamentos e dos agentes culturais que desenvolvem a sua ação no âmbito da promoção cultural e artística em Leiria.

Passaremos, então, a apresentar alguns exemplos de práticas que aconteceram em Leiria, no período identificado anteriormente.

#### *. Cultura com C de Casa*

O festival “Cultura com C de Casa” foi uma iniciativa que nasceu na sociedade civil, pela mão de artistas e outros agentes culturais do concelho de Leiria, como reação à pandemia da Covid-19. Este projeto, que se quis que fosse de todos e para todos, consistiu numa programação cultural online diária, transversal a várias áreas e com cerca de 150 performances de 30 minutos durante 2 meses, levando os artistas às casas de todas as pessoas, principalmente dos leirienses. Através da página de *Facebook* Visit Leiria<sup>3</sup>, do Município de Leiria, foram transmitidas, diariamente, desde performances, a concertos, aulas de história da arte, passando por workshops de cozinha, histórias para crianças, dança, Filarmónicas, Noite dos Museus, leituras e oficinas várias.

---

<sup>3</sup> <https://www.facebook.com/visitleiria/>

Conforme explicam os mentores da iniciativa, Hugo Ferreira e Hugo Alves, ao jornal Observador, este festival assumiu-se como “impulso e reação a um fechar de portas<sup>4</sup>” e, embora o projeto tivesse nascido sem objetivos traçados, a verdade é que conseguiu o pretendido, ou seja, chegar ao maior número de agentes culturais e de casas, obtendo uma aceitação superior ao esperado. Ainda na mesma entrevista, pode ainda ler-se que a programação, marcada pela “abrangência e diversidade”, captou milhares de visualizações de vídeos e de interações foi aberta a todos os agentes culturais do concelho de Leiria interessados. O festival ganhou, também, apoio financeiro atribuído pela autarquia para pagar as cem sessões de “Cultura com C de Casa”, a distribuir por quem participou e pela equipa que produziu, promoveu e preparou o festival desde o início.

#### *. Leirena – Companhia de Teatro de Leiria*

Neste período pandémico, o Leirena Teatro desenvolveu diferentes iniciativas para poder manter a sua atividade e continuar a oferecer arte e cultura aos leirienses.

Uma das iniciativas a assinalar é o “Estado de Exceção”, que consistiu num festival de artes performativas levadas ao espaço público. Durante três meses o Leirena Teatro percorreu o concelho de Leiria e, nas ruas, nas praças e até em cima de uma carrinha transformada em palco foram desenvolvidas atividades de teatro, música, cinema e outras linguagens artísticas para o público que assistiu nas janelas, nas varandas e em jardins privados, de modo a evitar a deslocação e o aglomerado de pessoas<sup>5</sup>. Conforme se pode ler nas redes sociais da companhia de teatro, na concretização deste festival foram atendidas todas as condições de segurança, garantido que não eram envolvidos aglomerados com mais de dez pessoas. A população era antecipadamente avisada da realização das apresentações e alertada para as limitações: “Não vamos tocar em ninguém, ninguém pode tocar nas nossas coisas. Não vamos entrar dentro das instituições. Vamos só ao exterior, onde vamos apresentar as coisas”, reforça o diretor do Leirena Teatro, Frédéric Cruz, numa entrevista ao Jornal Região de Leiria, reforçando que há “muita gente que não sabe mexer na internet ou numa rede social” e que, por isso, “é preciso levar cultura às pessoas”<sup>6</sup>.

O festival foi constituído por 40 momentos, com o objetivo de levar arte e cultura até ao público, sobretudo a quem estava confinado em Estruturas Residenciais e Instituições de Solidariedade Social, servindo ainda para apoiar artistas na área da performance e do teatro.

---

<sup>4</sup> <https://observador.pt/2020/04/16/festival-cultura-com-c-de-casa-movimenta-agentes-culturais-de-leiria-ate-fim-de-abril/>

<sup>5</sup> [https://www.facebook.com/hashtag/estadodeexcep%C3%A7%C3%A3o?source=feed\\_text&epa=HASHTAG](https://www.facebook.com/hashtag/estadodeexcep%C3%A7%C3%A3o?source=feed_text&epa=HASHTAG)

<sup>6</sup> <https://www.regiaodeleiria.pt/2020/05/estado-de-excepcao-ja-arrancou-para-animar-ruas-e-lares-de-leiria/>

Por isso, o festival foi constituído pelos artistas da companhia de teatro, mas também por outros que se quiseram juntar. A iniciativa contou com o apoio do Município de Leiria.

Para além deste festival, o Leirena Teatro tentou manter atividade no que se refere ao teatro e montou uma peça que se desenvolveu dentro de uma bolha de plástico. Conforme se pode ler na entrevista dada pelo diretor artístico à revista *Start & Go*<sup>7</sup>, esta peça surge da vontade da companhia de teatro não querer baixar os braços, mesmo quando se atravessava um período de isolamento social. Nesta entrevista, Frederic Cruz explica que a ideia nasceu associada ao facto de todos os anos o Leirena receber nos meses de novembro e dezembro estagiários de escolas profissionais de teatro que, num espaço de um mês, desenvolvem uma nova dramaturgia, com temática natalícia, e encenam o espetáculo que depois é apresentado em temporada nos jardins e nas escolas do 1º ciclo, de dezembro até ao Dia de Reis. Porém, devido à pandemia, era impossível entrar dentro do recinto escolar e apresentar o espetáculo. Ou seja, ou se faria online ou não se faria nada. Analisadas as hipóteses, percebeu-se que na modalidade online já havia muita oferta. Todavia, não fazer nada não está na génese do Leirena e que, por isso, era urgente encontrar uma solução que permitisse entrar nas escolas e apresentar os espetáculos em segurança, tanto para as crianças, como para o elenco. E uma vez que o Leirena Teatro depende da receita de todos os projetos que realiza, devido à pandemia, era urgente encontrar uma solução. Assim nasceu a ideia do Globo. Primeiramente como conceção de um espetáculo natalício, onde toda a ação decorre dentro de um globo de neve, e depois como um projeto propriamente dito que permite levar diferentes espetáculos para as escolas e teatros. O ‘Teatro no Globo’ constituiu-se, portanto, numa nova proposta artística lançada pelo Leirena Teatro, como resposta à pandemia.

. *SAMP – Sociedade Artística e Musical dos Pousos*

Conforme se explica no site oficial da Sociedade Artística e Musical dos Pousos<sup>8</sup>, “Novas Primaveras” é um programa no âmbito do projeto “SAMP Contigo”, dedicado à terceira idade e cuidados paliativos. Este programa teve início no ano letivo de 2004-2005, e realiza-se diariamente em mais de 30 Instituições dos concelhos de Leiria, Batalha, Pombal e Fátima. Mais que ver e ouvir, os idosos em “Novas Primaveras” têm a oportunidade de praticar Artes. O presente programa oferece-lhes a oportunidade de participar ativamente em projetos nas áreas da Música, da Dança e do Teatro. Uma equipa constituída por dois profissionais das artes de palco, visita regularmente as instituições de acolhimento (Lares,

---

<sup>7</sup><https://www.startandgo.pt/m/pt/article?id=1859&name=teatro-tem-que-se-reinventar-para-poder-continuar-a-existir>

<sup>8</sup> <https://www.samp.pt/samp-contigo/novas-primaveras/>

Centros de Dia, Unidades de Cuidados Paliativos, Grupos de Apoio Domiciliário) e realiza intervenções com programas e materiais pedagógicos inovadores, estimulando a criatividade e as práticas expressivas individuais e de grupo.

É do conhecimento geral que os mais velhos vivenciaram de modo mais rigoroso as medidas de controlo e contenção da pandemia e que, por isso, projetos como o “Novas Primaveras” necessitaram de se ajustar a uma nova realidade. No início do confinamento, a iniciativa chegou às Instituições através de plataformas virtuais, avançando, num segundo momento, para atuações nos espaços exteriores ou ao ar livre. Em alguns casos, também foi possível atuar dentro das instituições, mas separados dos residentes por vidros. De destacar que o projeto se adaptou para continuar a contribuir para o bem-estar dos idosos institucionalizados e a animar quem mais precisava<sup>9</sup>.

Um outro projeto que foi realizado durante o confinamento foi o Palco em Casa. Como se explica, também no *site* oficial<sup>10</sup>, o projeto Palco em Casa tem como público-alvo a população em solidão no domicílio, envolvendo a comunidade em prol de uma luta contra o abandono e exclusão ou segregação. Pessoas idosas identificadas através de uma rede de parceiros, designadamente, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Juntas de Freguesia, puderam receber em suas casas Concertos de Bolso, com intérpretes e programas à sua escolha. Os bilhetes para este festival, 100% gratuito ao público, permitiram que os idosos pudessem convidar familiares e vizinhos (ao limite máximo permitido pela sua casa ou pátio e segundo as diretrizes da DGS) para o concerto. Devido ao plano de contingência determinado para estes mini-concertos, enquanto os mesmos ocorreram em Estado de Calamidade, não foi possível abrir o Palco em Casa a familiares e vizinhos das casas que receberam os artistas, sendo o concerto apenas para os residentes.

Para rematar a descrição deste projeto, que durante dois meses serviu como antídoto para o isolamento, levando música, poesia e teatro a casa de quem tem pouco ou nenhum acesso à cultura, fazemos nossas as palavras do jornal Público: “palco em casa: cultura na sala, na eira ou no adro para combater a solidão”.

#### 4. Discussão

Decidimos trazer à liça as iniciativas descritas no ponto anterior como exemplo das muitas ações que foram realizadas no concelho de Leiria no período de confinamento e que, tendo na sua génese a valorização da cultura, foram reveladoras da importância das artes no

---

<sup>9</sup><https://www.regiaodeleiria.pt/2020/06/novas-primaveras-a-musica-esta-de-volta-com-mascara-para-relaxar-e-animar-quem-esta-mais-sozinho/>

<sup>10</sup> <https://www.samp.pt/samp-contigo/palco-em-casa/>

que se refere à qualidade de vida, ao bem-estar e à saúde. De um modo transversal, todos os projetos apresentados reforçam a ideia de que a cultura não pode confinar e salientam o valor das artes enquanto estratégias promotoras de oportunidades e de desafios, numa relação muito próxima com o empoderamento dos indivíduos e das comunidades.

As atividades abordadas refletem as alterações profundas que se verificaram na práxis vivencial dos seres humanos em todo o planeta, nos anos de 2020 e 2021. Assim, se por um lado, estas iniciativas são reveladoras de inusitadas experiências quotidianas, por outro, são espelho e condição de resistência. Na verdade, a cultura não deixou de se manifestar sob o impacto da pandemia e, tendo este mote como pano de fundo, reinventou-se, adaptou-se, para que os cidadãos pudessem usufruir das artes e da possibilidade de viver e expressar emoções, alterando os moldes em que se via o mundo e se agia nele (Goldbard & Matarasso, 2021).

Neste sentido, a cultura não ficou à margem das transformações e, convidando os cidadãos a entrarem em novos processos, proporcionaram encontros profundos com os outros e consigo próprios. Estas inter-relações aconteceram em espaços inéditos, muitos em zonas virtuais, mas foi significativa a participação nesta (re)construção cultural do presente e, até, de projeção para o futuro. Se a cultura é um espaço de compreensão e manifestação da Relação (Fortuna, 2014), então as iniciativas apresentadas, através de um reordenamento das prioridades dos projetos e das metodologias de trabalho, mostraram que a arte capacita o homem para compreender melhor a realidade, para a suportar e transformar (Ferreira, 2010).

Partindo do cenário apresentado no ponto anterior, percebeu-se que a cultura e as artes permitiram aos sujeitos tomar outra consciência dos elementos em seu redor, desenvolvendo reflexões mais profundas, enquanto parte integrante de uma sociedade mais competente.

Para além disso, as iniciativas que surgiram e que se desenvolveram no concelho de Leiria revelaram um trabalho em rede profícuo, demonstrando que as redes podem favorecer alianças fortes nos territórios. É de salientar, também, que estas ações se preocuparam em priorizar os recursos endógenos do concelho, designadamente, os artistas, os agentes culturais e as gentes, numa lógica de cultura para o território e do território. Face ao exposto, parece claro que a resposta à pandemia obrigou à revisão da programação cultural, preconizando-se a proximidade com os públicos e o fomento das relações de “vizinhança”.

Ficámos a conhecer diversas maneiras de fazer e comunicar cultura. De modo aberto e dinamizado pelas comunidades, utilizando diversas linguagens artísticas como instrumentos

de intervenção social. E percebemos que o contributo social das artes implica o contributo formativo e capacitante dos indivíduos (Matarasso, 2019), em prol do bem-estar individual e coletivo.

O leque de projetos e iniciativas desenvolvidas foi vasto e, embora a sentir as fragilidades no âmbito da sustentabilidade cultural das artes, em Leiria foram muitos os momentos de desbloqueio e de apresentação de novas formas de arte e de relação com as pessoas, independentemente da sua idade e condição económica. Em jeito de síntese, gostaríamos de salientar que, com as mudanças dramáticas impostas pela pandemia sobressaiu a necessidade de pensar outras formas de intervir, articuladas com processos artísticos mais preocupados com a realidade e com os desafios contemporâneos. Assim, e embora amplamente comprometida pela COVID-19, no concelho de Leiria a promoção do artigo 27º da Declaração dos Direitos Humanos encontrou terreno fértil no conjunto de iniciativas artísticas e culturais que decorreram durante o período pandémico.

Agora, num tempo diferente, em que as famílias se veem confrontadas com novos desafios decorrentes do aumento da inflação, como podem beneficiar e participar na vida cultural da comunidade? Vemos, no panorama nacional, algumas iniciativas que ganham visibilidade nos media, como é o caso do «passe cultural», que abrange os munícipes de Lisboa com idade até 23 anos e a partir dos 65, permitindo o acesso gratuito a 47 equipamentos culturais da cidade. Igualmente noutros contextos geográficos, as instituições abrem as suas portas gratuitamente em dias específicos da semana, para que todos usufruam de exposições, espaços de património, atividades em torno da literatura, da música, da dança, do cinema, e de outros projetos e manifestações artísticas que cruzam as artes com a cidadania. É incontornável, não nomear a iniciativa de âmbito nacional PARTIS & Art for Change, promovida pela Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação La Caixa, que fomenta projetos de transformação social pela prática artística (artes visuais, performativas ou audiovisuais), e que vê a mesma como ferramenta privilegiada para promover a inclusão social.

Focando especificamente a região de Leiria, sob a forma de publicação, foram apresentados em 2022 os documentos «Diagnóstico do sistema cultural e criativo de Leiria» e «Estratégia Cultural e Plano de Ação 2021-2030».

Com incidência na área de educação artística e intervenção social, dimensões que destacámos ao longo deste texto, na estratégia para o concelho de Leiria, encontramos cinco eixos, entre os quais «Leiria, laboratório de cidadania» que foca o papel dos serviços educativos e da mediação cultural. Neste, sublinhamos a ênfase na «dinamização de projetos

escolares ligados à cultura», na «promoção do associativismo cultural» e na «promoção regular de estudos sobre criação, produção e consumos culturais» (Graça & Carvalho, 2022a, p.31). Leiria é apresentada como território de «múltiplas heranças que aposta nos valores da criatividade, do diálogo e da diversidade» e que «fornece um setor cultural e criativo qualificado e assegura a plena expressão artística e cultural aos cidadãos». Esta ideia está na centralidade dos objetivos estratégicos, entre os quais se destaca «criar condições para uma maior acessibilidade e inclusão de todas as comunidades nas dinâmicas e práticas culturais e artísticas em Leiria» (Graça & Carvalho, 2022b, p.36).

Lembrando o artigo 27º da Declaração dos Direitos Humanos, já amplamente mencionado neste texto, e que defende que “todos os seres humanos têm o direito de participar livremente na vida cultural da comunidade, de beneficiar das artes e de participar no processo científico e dos seus benefícios”, os propósitos enunciados tornam promissor, para este contexto regional, o acesso à cultura através da criação de novas formas de participação dos diferentes agentes e da comunidade.

## **5. Considerações Finais**

À luz do discutido na primeira parte deste trabalho e cruzando com os projetos apresentados no ponto seguinte, conseguimos perceber que, no concelho de Leiria, o acesso à cultura sofreu profundas alterações durante a pandemia por COVID-19. Neste período, destacou-se a preocupação com as relações afetivas e sociais e os laços existentes entre os indivíduos, motivando nos artistas e agentes culturais o trabalho em rede e em parceria. As iniciativas realizadas neste concelho, independentemente do público a que se dirigiram, utilizaram diferentes linguagens artísticas e materializaram-se através de ferramentas bastante diversas. Embora muitas tenham optado pelas plataformas online para chegar aos públicos, várias outras ações decorreram em espaços pouco habituados a receber processos artísticos, mas que foram cruciais na promoção do direito de todos poderem beneficiar das artes e de participar livremente na vida cultural da sua comunidade. Estas iniciativas, que implicaram a reinvenção do setor artístico e cultural, foram importantes para o fortalecimento da ligação entre os indivíduos e a comunidade envolvente, desencadeando processos em que artistas e instituições culturais chegaram aos espaços de cada cidadão, oferecendo um pouco daquilo que a pandemia havia retirado.

Foi possível perceber também como após o período de pandemia se desencadeou, em termos organizacionais, um mapeamento do sistema cultural e criativo e um plano estratégico para a área da cultura no concelho de Leiria. Estes instrumentos identificam e

caracterizam a ação dos diferentes agentes existentes e o modo como se perspetiva a sua articulação para proporcionar o acesso às artes e à cultura a todos.

### **Agradecimentos**

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Ref<sup>a</sup> UIDB/05507/2020. Agradecemos adicionalmente ao Centro de Estudos em Educação e Inovação (CI&DEI), ao CICS.NOVA e ao Politécnico de Leiria pelo apoio prestado.

### **Referências Bibliográficas**

- All Party Parliamentary Group on Arts, Health and Wellbeing (2017). *Inquiry Report – Creative Health: The Arts for Health and Wellbeing*. Disponível em <https://www.culturehealthandwellbeing.org.uk/appg-inquiry/Publications/Creative-Health-Inquiry-Report-2017-Second-Edition.pdf>
- FERREIRA, A. (2010). *Arte, Escola e Inclusão: Atividades artísticas para trabalhar com diferentes grupos*. Editora Vozes.
- FORTUNA, C. (Coord.) (2014). *Cultura, formação e cidadania – Relatório final*. Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais – Secretaria de Estado da Cultura.
- GRAÇA, A., CARVALHO, C.S. (2022a). *Plano Estratégico Municipal da Cultura para o Concelho de Leiria, Volume I - Diagnóstico do Sistema Cultural e Criativo (SCC) de Leiria*. Câmara Municipal de Leiria.
- GRAÇA, A., CARVALHO, C.S. (2022b). *Plano Estratégico Municipal da Cultura para o Concelho de Leiria Volume II - Estratégia Cultural e Plano de Ação 2021-30*. Câmara Municipal de Leiria.
- GOLDBARD, A., MATARASSO, F. (2021). *Ética e arte participativa*. Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em [file:///C:/Users/jgils/Downloads/2021\\_AC\\_Etica-e-Arte-Participativa%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/jgils/Downloads/2021_AC_Etica-e-Arte-Participativa%20(1).pdf)
- JACKSON, R. (2012). *A charter for arts, health and wellbeing*. Disponível em [www.artshandwellbeing.org.uk](http://www.artshandwellbeing.org.uk)
- LOPES, M. (2008). *A Animação Sociocultural em Portugal*. Intervenção.
- LUCENA, I. (2021). *Criatividade e resiliência – A arte participativa em tempos de isolamento social*. Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em [file:///c:/users/jgils/downloads/digital\\_ac\\_criatividade-e-resiliencia\\_pt%20\(1\).pdf](file:///c:/users/jgils/downloads/digital_ac_criatividade-e-resiliencia_pt%20(1).pdf)
- MATARASSO, F. (2019). *Uma arte irrequieta: Reflexões sobre o triunfo e importância da prática participativa*. Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em <https://arestlessart.files.wordpress.com/2019/05/2019-uma-arte-irequieta.pdf>